

**AO JUÍZO DA Xª VARA DE FAMÍLIA E DE ÓRFÃOS E
SUCESSÕES DA CIRCUNSCRIÇÃO JUDICIÁRIA DO XXXXX**

Processo nº

XXXXXXXXXXXXXXXXX AÇÃO

DE ALIMENTOS

Fulano de tal, já qualificado nos autos, vem, perante esse Juízo, por intermédio da **Defensoria Pública do xxxxxxxxxxxx**, nos termos do artigo 335 e seguintes do Código de Processo Civil (CPC), apresentar:

CONTESTAÇÃO

À ação de alimentos proposta por **fulano de tal**, já qualificado nos autos, pelos fatos e fundamentos a seguir aduzidos.

1. DA GRATUIDADE DE JUSTIÇA

A parte requerida faz jus aos benefícios da justiça gratuita, previsto no artigo 5º, inciso LXXIV, da CF/88, c/c artigo 98 do CPC, uma vez que não possui recursos para arcar com as despesas processuais e os honorários advocatícios sem prejuízo do próprio sustento.

A propósito de sua concessão, é expresso o § 3º do art. 99 do Código de Processo Civil no sentido de que “presume-se verdadeira a alegação de insuficiência deduzida exclusivamente por pessoa natural”, admitido o indeferimento somente “se houver nos autos elementos que evidenciem a falta dos pressupostos legais para a

concessão de gratuidade” (art. 99, § 2º, primeira parte) e desde que a parte não tenha atendido a determinação de comprovação do preenchimento dos pressupostos

2. SÍNTESE DA INICIAL

Cuidam os autos de ação de alimentos proposta por Fulano de tal em face de fulnao de tal.

O autor aduz que suas maiores necessidades estão relacionadas à alimentação, moradia, vestuário, calçados, remédios, saúde, lazer, educação etc., motivo pelo qual pleiteia a fixação dos alimentos em 100% do salário-mínimo.

É o relatório necessário.

3. DO MÉRITO

A autora pede que o requerido seja condenado ao pagamento em quantia equivalente a um salário mínimo, ou seja, R\$ 1.320,00.

O requerido concorda com a estipulação da pensão alimentícia, porém, não no valor exigido pela genitora.

Ora, não merece prosperar a afirmação da peça de ingresso no sentido de que “a possibilidade contributiva é presumida”.

Conforme documentos e extratos bancários anexados aos autos, o requerido faz prova de que atualmente não possui grandes movimentações bancárias.

É certo que o dever de alimentar é decorrente do parentesco ou da formação de uma família, entretanto, a fixação do *quantum* deve observar o que prevê o art. 1.694 do Código de Processo Civil, veja-se:

Art. 1.694 do CC - Podem os parentes, os cônjuges ou companheiros pedir uns aos outros os alimentos de que necessitem para viver de modo compatível com a sua condição social, inclusive para atender às necessidades de sua educação.

§ 1º - Os alimentos devem ser fixados na proporção das necessidades do reclamante e dos recursos da pessoa obrigada.

Como se vê, o valor dos alimentos deverá ser fixado **segundo a proporção dos recursos de cada genitor**, a fim de não impor o sacrifício da própria subsistência a nenhum deles. Trata-se de uma dimensão do requisito intrínseco da possibilidade do obrigado ao dever de prestar alimentos.

No caso, o requerido esclarece que, atualmente, não possui trabalho fixo, sobrevivendo de “bicos”, sem auferir renda mensal fixa. Informa, ainda, que

mora de favor na casa da mãe de seu padrasto e que não possui condições de contribuir no valor de um salário-mínimo sem que tenha prejuízo de sua própria subsistência. Ademais possui gastos com alimentação e com a conta de luz da residência em que mora.

Salienta-se, ainda, que o réu sempre contribuiu com as necessidades de seu filho. Com efeito, antes de o autor ingressar com a presente ação de alimentos, ele já efetuava pagamento no valor de R\$ 300,00 conforme comprovantes anexos. Isso demonstra que o requerido não busca uma isenção de seus deveres de pai, mas apenas que sejam em valores justos que o permitam garantir sua subsistência, de forma que deve ser observado o binômio necessidade-possibilidade: necessidade de quem recebe e possibilidade contributiva de quem paga os alimentos.

Nesse sentido tem sido o entendimento dos egrégios Tribunais de Justiça:

EMENTA: AGRAVO DE INSTRUMENTO - GUARDA COMPARTILHADA - PRINCÍPIO DA PROTEÇÃO INTEGRAL - INEXISTÊNCIA DE CONDUTAS DESABONADORAS POR PARTE DOS GENITORES - INEXISTÊNCIA DE PREJUÍZO À INFANTE - ALIMENTOS - TRINÔMIO **NECESSIDADE, CAPACIDADE E PROPORCIONALIDADE** - FILHA MENOR - NECESSIDADE PRESUMIDA -CAPACIDADE FINANCEIRA DO ALIMENTANTE - **RISCO DE IMPOSIÇÃO DE OBRIGAÇÃO INEQUÍVEL** -

RECURSO PARCIALMENTE PROVIDO - (...) **Para o arbitramento dos alimentos, deve ser observada a proporcionalidade entre as necessidades do alimentando e a capacidade socioeconômica do alimentante, a fim de que tal obrigação seja suficiente para prover a subsistência daquele que dela necessita e, ao mesmo tempo, não comprometa o sustento daquele que está obrigado a prestá-la** - Tratando-se de menor, tem-se por presumida a sua dependência econômica em relação aos genitores, ante a incapacidade da infante de prover a própria subsistência - Diante de todo o cenário traçado e sem perder de vista que a obrigação debatida possui como principal escopo a garantia da subsistência à parte alimentanda, prudente a redução dos alimentos fixados na origem, sob pena de se impor ao genitor obrigação inexecutável, o que certamente será prejudicial à própria parte agravada. (TJ-MG - AI: 10000211134135001 MG, Relator: Versiani Penna, Data de Julgamento: 23/09/2021, Câmaras Cíveis / 19ª CÂMARA CÍVEL, Data de Publicação: 30/09/2021)

APELAÇÃO CÍVEL. FAMÍLIA. ALIMENTOS. FIXAÇÃO. SUSTENTO. DEVER. FILHO MENOR. NECESSIDADE. POSSIBILIDADE. PROPORCIONALIDADE. TRINÔMIO. ADEQUAÇÃO. CAPACIDADE CONTRIBUTIVA. OBSERVAÇÃO. PERCENTUAL. ORIGEM. FIXAÇÃO.

MAJORAÇÃO. ALIMENTANTE. AUDIÊNCIA.
CONCILIAÇÃO.

OFERTA ESPONTÂNEA. POSSIBILIDADE. 1. **Os alimentos devem ser fixados em consonância com o trinômio da necessidade, da capacidade e da proporcionalidade,** apreciando-se os requisitos para a sobrevivência do alimentando, sobretudo quando se trata de filho menor, com necessidades presumidas, **em cotejo com as condições financeiras e de padrão de vida do pai alimentante, bem como com a proporcionalidade entre essas necessidades frente às possibilidades.** 2. É possível a majoração dos alimentos fixados em sentença ao mesmo patamar da oferta efetivada pelo pai/alimentante por ocasião de audiência de conciliação, mormente quando verificada alteração na capacidade financeira de quem presta os alimentos, em

cotejo com as necessidades do menor, em observação ao trinômio da necessidade, da capacidade e da proporcionalidade, **quando se verifica não afetar o sustento do próprio alimentante**. 3. Recurso conhecido e parcialmente provido. (TJ-DF 07051681120218070009 1432144, Relator: GISLENE PINHEIRO, Data de Julgamento: 22/06/2022, 7ª Turma Cível, Data de Publicação: 01/07/2022)

EMENTA: AGRAVO DE INSTRUMENTO - FAMÍLIA - AÇÃO DE ALIMENTOS - FILHO MENOR - **OBSERVÂNCIA DO TRINÔMIO DA NECESSIDADE DA ALIMENTANDO, POSSIBILIDADE DO ALIMENTANTE E PROPORCIONALIDADE DO VALOR ARBITRADO** - AUSÊNCIA - NECESSIDADE DE REDUÇÃO - RECURSO PARCIALMENTE PROVIDO. A fixação de alimentos provisórios é cabível quando demonstrada a necessidade do alimentado, a possibilidade do alimentante e a proporcionalidade do valor arbitrado. **A responsabilidade de manutenção dos filhos não pode recair sobre apenas um dos genitores, devendo ser compartilhada entre ambos, na proporção de suas possibilidades**. Se o valor fixado, pelo juízo de origem, mostra-se desarrazoado e excessivo, considerando as premissas apontadas, a redução da verba é medida que se impõe. (TJ-MG - AI: 10000211940994001 MG, Relator: Leite Praça, Data de Julgamento: 27/01/2022, Câmaras Cíveis / 19ª CÂMARA CÍVEL, Data de Publicação: 03/02/2022)

EMENTA: APELAÇÕES CÍVEIS - AÇÃO DE REVISÃO DE ALIMENTOS - FILHO MENOR - TRINÔMIO POSSIBILIDADE, NECESSIDADE E PROPORCIONALIDADE - PEDIDO DE MAJORAÇÃO DO VALOR FIXADO ANTERIORMENTE - NECESSIDADE PRESUMIDA DO MENOR - PROVAS DE MELHORA NA SITUAÇÃO FINANCEIRA DO ALIMENTANTE. **Nos termos do artigo 1.694, § 1º, do Código Civil, os alimentos devem ser fixados, considerando a necessidade do alimentando e a possibilidade do alimentante, respeitando a proporcionalidade e a razoabilidade**. Tratando-se de alimentos em favor de filho menor, é presumida a necessidade do reclamante. Na ação revisional para majorar alimentos anteriormente fixados, **existindo provas da melhora na situação financeira do alimentante** deve ocorrer a majoração da pensão. (TJ-MG - AC: 10000181121773003 MG, Relator: Wagner Wilson, Data de Julgamento: 13/05/2021, Câmaras Cíveis / 19ª CÂMARA CÍVEL, Data de Publicação: 19/05/2021)

Tendo em vista que a fixação dos alimentos não pode prejudicar o próprio sustento do alimentante e considerando a condição financeira do requerido, ele **se compromete a pagar 25% do salário mínimo**.

Ainda, o requerido deixa previamente registrado que, qualquer melhora em sua condição financeira, compromete-se a aumentar o percentual dos alimentos de seu filho.

Ante o exposto, requer sejam fixados os alimentos nos moldes acima delineados, rejeitando-se o pedido d requerente para que sejam fixados no importe de um salário mínimo, uma vez que

completamente desproporcional com a sua realidade.

4. DOS PEDIDOS

Em virtude das razões ora expostas, requer-se:

1. O deferimento da gratuidade de justiça;
2. A intimação da parte autora para se manifestar acerca da proposta feita pelo requerido;
3. Não havendo aceitação da proposta, que seja designada audiência de conciliação;
4. A fixação da pensão alimentícia no valor de 25% do salário-mínimo;
5. A condenação do autor em custas e honorários advocatícios, sendo estes últimos revertidos em favor do Fundo de Apoio e Aparelhamento da Defensoria Pública no Distrito Federal - PRODEF (art. 3º, inciso I, da Lei Complementar Distrital n. 744/2007), a serem depositados em conta oportunamente informada.

Oportunamente, protesta pela produção de prova por todos os meios legais e moralmente legítimos, nos termos do art. 369 do Código de Processo Civil.

Nesses termos, pede deferimento.

Fulana de tal
DEFENSORA PÚBLICA

